

Mulheres em perspectiva: colonialidade, raça e gênero em “O baile de Celina” de Lília Momplé

Women in Perspective: Coloniality, Race, and Gender in “O baile de Celina” by Lília Momplé

Vanessa Bastos Lima¹

Maria Cristina da Silva²

Francisco Vinícius Alves da Silva³

Resumo: Este artigo analisa “O baile de Celina”, um dos contos pertencentes a obra *Ninguém matou Suhura* (1988) da escritora moçambicana Lília Momplé, com o objetivo de investigar como a narrativa evidencia os efeitos da colonização portuguesa sobre as relações de raça, gênero e pertencimento social no contexto moçambicano colonial. O texto literário é compreendido como espaço de denúncia das hierarquias raciais e das formas de exclusão impostas às mulheres negras no interior do aparelho colonial, revelando a lógica da inclusão limitada e da produção do não-lugar. A análise é fundamentada nos estudos pós-colonial, a partir das considerações de Fanon (2008), Bhabha (1998), e decolonial feminista das observações de Lugones (2020), entre outros teóricos, mobilizando conceitos como colonialidade, racialização, assimilação e não-pertencimento. Metodologicamente, adota-se uma leitura crítica baseada nos pressupostos citados, articulando o exame dos elementos narrativos do conto ao contexto histórico-social da colonização portuguesa em Moçambique. Conclui-se que a escrita de Lília Momplé reinscreve experiências historicamente silenciadas, afirmando a centralidade da autoria feminina africana na revisão crítica das páginas da colonização e na problematização das violências simbólicas e materiais que atravessam os corpos femininos negros.

Palavras-chave: Colonialidade; Literatura africana; Mulher negra; Racismo; Gênero.

Abstract: This article examines “O baile de Celina,” one of the short stories included in *Ninguém matou Suhura* (1988) by the Mozambican writer Lília Momplé, in order to analyze how the narrative exposes the effects of Portuguese colonization on relations of race, gender, and social belonging in colonial Mozambican. The literary text is approached as a critical site of denunciation of racial hierarchies and forms of exclusion imposed on Black women within the colonial apparatus, revealing the logic of limited inclusion and the production of non-belonging. The analysis is grounded in postcolonial studies, drawing on the contributions of Fanon (2008), Bhabha (1998), as well as in decolonial feminist thought, particularly the reflections of Lugones (2020), among other scholars. It mobilizes concepts such as coloniality, racialization, assimilation, and non-belonging. Methodologically, the study adopts a critical reading based on these premises, articulating an examination of the story’s narrative elements with the historical and social context of Portuguese colonization in Mozambique. The article concludes that Lília Momplé’s writing recovers historically silenced experiences, affirming the centrality of African women’s authorship in the critical reassessment of colonial histories and in the problematization of the symbolic and material forms of violence that permeate Black female bodies.

Keywords: Coloniality; African literature; Black women; Racism; Gender.

¹ Doutora em Letras pelo Programa de Pós-graduação em Letras (PPGL/UERN). Docente adjunta da área de Literatura da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, professora permanente do Programa de Pós-graduação em Letras (PPGL-UERN). Lattes: <https://lattes.cnpq.br/6193856895776336>. Orcid: <https://orcid.org/0009-0003-6590-0683>. Email: vanessabastos@uern.br.

² Mestranda do Programa de Pós-graduação em Letras (PPGL/UERN). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0417714161502292>. Orcid: <https://orcid.org/0009-0002-9486-3167>. Email: mariacristinadasilvawl@gmail.com.

³ Mestrando do Programa de Pós-graduação em Letras (PPGL/UERN). Lattes: <https://lattes.cnpq.br/5319879243842643>. Orcid: <https://orcid.org/0009-0004-1554-1747>. Email: vinialves12352@gmail.com.

Introdução

A colonização portuguesa no continente africano estruturou-se a partir de práticas sistemáticas de dominação, controle e exploração com efeitos que ultrapassam o plano político-administrativo, consolidando-se profundamente nas esferas social, cultural e simbólica. O regime colonial instituiu mecanismos de segregação racial e social sustentados por discursos racistas que hierarquizavam corpos, saberes e modos de existência, produzindo desigualdades persistentes e formas duradouras de opressão. Nesse contexto, as populações negras foram historicamente marginalizadas, tendo suas experiências silenciadas ou distorcidas. Vale ressaltar que nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP's) a subalternização ocorreu dentro dos próprios territórios africanos, onde as mulheres negras sofrem uma dupla marginalização/exclusão, resultante da intersecção entre colonialismo, patriarcado e racismo.

Como resposta a esse processo histórico violento, a produção cultural e literária dos países africanos colonizados passou a assumir, sobretudo a partir da segunda metade do século XX, um papel fundamental na problematização do colonialismo e suas consequências. Inicialmente, esse conjunto de produções foi compreendido sob a designação de literatura pós-colonial – termo empregado, segundo Amorim *et al.* (2018), por historiadores do pós-guerra para delimitar cronologicamente o processo de descolonização africana iniciado em meados do século XX. Na década de 1970, entretanto, o conceito foi apropriado por críticos e estudiosos da literatura para a análise das obras produzidas nesse período, ampliando-se progressivamente para abarcar a heterogeneidade das manifestações culturais oriundas de países anteriormente colonizados, então, politicamente independentes. Tal ampliação conceitual permite compreender o pós-colonial não apenas como um marco temporal, mas, também, como um campo crítico voltado à leitura das memórias do trauma colonial, das tensões identitárias e das disputas por representação.

Nesse sentido, a Literatura Africana de Língua Portuguesa surge fortemente vinculada ao nascimento das nações independentes, funcionando como espaço de elaboração simbólica da história, da memória e das experiências coletivas marcadas pela violência colonial. Trata-se de uma produção atravessada por marcas de subalternidade, especialmente quando se considera a escrita de mulheres que passam a inscrever, no campo literário, narrativas contra hegemonias capazes de tensionar tanto o discurso

colonial quanto as estruturas patriarcais herdadas. É nesse horizonte que se insere a obra da escritora moçambicana Lília Momplé, cuja produção literária evidencia as relações entre colonialismo, gênero, raça e classe.

Nascida em 19 de março de 1935, na província de Nampula, no norte de Moçambique, Lília Momplé⁴ construiu uma trajetória intelectual e profissional marcada pelo trânsito entre diferentes espaços geográficos e culturais. Ela atuou como assistente social em Lisboa, em Lourenço Marques (atual Maputo) e em São Paulo (Brasil) entre as décadas 1960-1970, experiência que contribuiu para a ampliação de seu olhar crítico sobre as dinâmicas sociais e raciais em contextos coloniais e pós-coloniais. Ademais, Momplé exerceu a docência como professora de língua portuguesa e inglesa, também dirigiu a Associação dos Escritores Moçambicanos (AEMO) entre 1991-2001, desempenhando papel relevante na consolidação do campo literário moçambicano no período pós-independência.

As publicações de Lília Momplé se concentram, sobretudo, a partir de 1980, momento emblemático da fase pós-colonial moçambicana. Suas narrativas abordam temáticas recorrentes relacionadas às consequências do colonialismo, às desigualdades raciais/sociais e à condição da mulher em uma sociedade profundamente marcada por heranças coloniais. Em suas obras, os papéis tradicionalmente atribuídos às mulheres são questionados, atravessados por relações de poder que operam simultaneamente nos eixos de gênero, raça e classe. Destaca-se, nessa conjuntura, a obra *Ninguém Matou Suhura* (1988) – composta por contos que expõem, através de uma estética realista atravessada por descrições diretas e cruas, as violências simbólicas e políticas impostas aos sujeitos subalternizados no contexto colonial moçambicano.

Dentre os contos que integram a obra citada, “O baile de Celina”, foco deste trabalho, apresenta-se como um texto representativo para a análise das exclusões e interdições impostas à mulher negra no espaço colonial. A narrativa acompanha a expectativa da jovem Celina, bem como de sua mãe D. Violante, expondo a história de uma humilde costureira que se vê diante da possibilidade de participar de um baile, evento que simboliza não apenas um momento de sociabilidade e fechamento de um ciclo escolar, mas também o desejo de pertencimento a um espaço social que é sistematicamente negado a ela. O conto revela, por meio de uma escrita profundamente

⁴ Informações biográficas e bibliográficas da autora compiladas da revista ft, volume 27, 2023. Disponível em: <https://revistافت.com.br/noemia-de-sousa-lilia-momple-e-paulina-chiziane-um-breve-percurso-da-escrita-feminina-em-mocambique>.

crítica, como o colonialismo opera na construção de fronteiras simbólicas que determinam quem pode ocupar determinados lugares e quem permanece relegado ao não-lugar, evidenciando a violência do racismo e da hierarquização social.

Por essa razão, este artigo tem como objetivo analisar o conto “O baile de Celina” de Lília Momplé à luz de uma perspectiva crítica que articula literatura, colonialidade e gênero, buscando compreender como a narrativa evidencia os mecanismos de exclusão, silenciamento e produção do não-pertencimento da mulher negra no contexto colonial moçambicano, bem como as formas de resistência feminina, ainda que marcadas pela contenção e pela ambivalência. A justificativa do estudo reside, por um lado, na relevância da obra de Momplé para os estudos literários africanos de língua portuguesa, por outro, na constatação de que ainda são escassas as pesquisas que se debruçam especificamente sobre o conto mencionado através de uma abordagem que privilegie a intersecção entre colonialismo, raça e gênero.

No que se refere ao aporte teórico, a análise do conto dialoga com os estudos pós-colonial, decolonial e feminista a partir de uma contextualização histórico-literária subsidiada pelos teóricos: Fanon (2008), Bhabha (1998), Lugones (2020), Kilomba (2019) e Bento (2022). Nesse sentido, Fanon (2008) contribui para a compreensão dos efeitos subjetivos do colonialismo e da internalização da inferioridade racial, enquanto Bhabha (1998) fundamenta a discussão sobre a ambivalência do discurso colonial e a lógica da inclusão/exclusão. Lugones (2020), por sua vez, oferece subsídios para a análise da colonialidade de gênero e da posição estruturalmente vulnerável das mulheres negras, ao passo que Kilomba (2019) possibilita compreender os processos de racialização e a produção cotidiana do racismo. Por fim, Bento (2022) auxilia na problematização da branquitude e da falsa ideia de universalidade da meritocracia.

Metodologicamente, trata-se de um estudo qualitativo, fundamentado em uma leitura crítica, realizado por meio da revisão bibliográfica e da análise literária. A investigação articula o exame dos elementos narrativos do conto ao contexto histórico-social da colonização portuguesa em Moçambique, compreendendo a literatura como espaço de memória, resistência e reescrita das experiências femininas silenciadas pela história oficial.

O artigo está organizado em duas seções analíticas. Na seção intitulada “Colonialidade, assimilação e não-pertencimento: sujeitos racializados no espaço colonial”, discute-se o colonialismo português nos PALOP’s, enfatizando os processos de

racialização, segregação e produção do não-lugar que estruturam as relações sociais no contexto colonial, trazidos à baila pelo conto analisado. Na seção intitulada “O preço da tolerância: colonialidade, gênero e raça no espaço colonial”, tem-se a continuidade da análise de “O baile de Celina”, evidenciando como a narrativa expõe a articulação entre raça, gênero e poder colonial, bem como os limites da assimilação e da educação como estratégias de pertencimento, culminando na denúncia das violências simbólicas impostas às mulheres negras no interior do aparelho colonial.

Colonialidade, assimilação e não-pertencimento: sujeitos racializados no espaço colonial

A colonização do continente africano, conduzida por Portugal ao longo de séculos, estruturou-se a partir de um projeto de dominação que combinava interesses econômicos, controle político e imposição cultural, combinação que deixou profundas marcas nas sociedades colonizadas. Diferentemente de outras experiências coloniais portuguesas, como a ocorrida no Brasil – marcada pelo deslocamento forçado de populações africanas para o território americano através da Diáspora negra, a colonização dos PALOP's desenvolveu-se majoritariamente *in loco*, ou seja, sobre populações autóctones, submetidas à ocupação direta de seus territórios.

Esse modelo colonial implicou a reorganização violenta das estruturas sociais, a expropriação de terras, a imposição da língua e da cultura europeia, tal como a institucionalização de um sistema de hierarquização racial que colocava o colonizador europeu como parâmetro de civilização e humanidade. Em territórios africanos sob o domínio de Portugal, a colonização operou não apenas como um processo de exploração material, mas também como um projeto contínuo de desumanização, que redefiniu identidades, produziu exclusões e estabeleceu fronteiras simbólicas duradouras entre os considerados pertencentes e os sistematicamente relegados à condição de subalternos.

É nesse panorama, marcado pela exclusão, pelo silenciamento e pela negação de pertencimento, que se inscreve o conto “O baile de Celina” de Lília Momplé – uma narrativa que, conforme dito, evidencia os mecanismos do racismo e da violência no contexto colonial moçambicano. A partir da trajetória de Celina e de sua mãe D. Violante, o texto literário denuncia os limites impostos aos corpos negros, sobretudo os femininos, no interior das engrenagens coloniais.

Ao longo da narrativa, D. Violante – uma mulher racializada que trabalha como costureira – dedica sua vida a garantir que a filha tenha uma educação formal rigorosa, acreditando veementemente que isso pode assegurar-lhe reconhecimento social. Após concluir seus estudos no Liceu Salazar, Celina passa a nutrir, junto à mãe, a expectativa de participar do baile dos finalistas, evento que simboliza consagração e pertencimento. Contudo, pouco antes da data marcada, a personagem é informada que não poderá ir ao baile, sem justificativas inicialmente explícitas, mas que indicam a sua exclusão por conta da cor de sua pele, pois somente Celina e um outro colega não branco são excluídos da cerimônia. O conto se encerra com o gesto silencioso de Celina ao rasgar o vestido preparado com afincos por sua mãe para o evento, ação que demonstra a desolação da menina com a exclusão sofrida pelo racismo e pela hierarquização social, ambos desferidos por via do colonialismo.

Dessa forma, “O baile de Celina” evidencia que os espaços sociais no contexto colonial são profundamente racializados. O espaço em que é instaurada a trajetória de Celina se estabelece como um território regulado por regras implícitas que delimitam pertencimentos. É nesse espaço social, marcado pela promessa inalcançável da inclusão e pela prática da exclusão, que se instalam as experiências de opressão, apagamento e negação vividas pela personagem, configurando o eixo central da análise que se desenvolve nesse trabalho.

Perante essa lógica excludente, detalhada e colocada em voga desde a revelação do que aconteceu no passado, durante a infância de D. Violante – mãe de Celina, o conto destaca como a humilde costureira organiza sua vida em função da educação da filha, acreditando que a instrução poderia minimizar os efeitos do racismo e da violência. Assim, a mãe passa a incentivar a filha a adaptar-se a algumas normas e costumes estabelecidos e cumpridos no seio do aparelho colonial.

Nesse aspecto, Fanon (2008) investiga como o colonialismo não opera apenas pela via da dominação econômica e política, produzindo subjetividades marcadas pela alienação e pela internalização da inferioridade racial. Ao discutir os mecanismos do racismo no contexto das vivências do homem antilhano, Fanon (2008) discute como essa engrenagem impacta qualquer indivíduo colonizado, afirmando que:

Todo povo colonizado — isto é, todo povo no seio do qual nasceu um complexo de inferioridade devido ao sepultamento de sua originalidade

cultural — toma posição diante da linguagem da nação civilizadora, isto é, da cultura metropolitana.

Quanto mais assimilar os valores culturais da metrópole, mais o colonizado escapará da sua selva. Quanto mais ele rejeitar sua negritão, seu mato, mais branco será (Fanon, 2008, p. 34).

Com estas palavras, Fanon (2008) destaca que os povos submetidos ao colonialismo desenvolvem um sentimento de inferioridade resultante da negação de suas culturas originárias, o que os levam a posicionarem-se diante da língua e dos valores da metrópole como referências de civilização. Logo, quanto maior for a assimilação dos códigos culturais e dos costumes do colonizador, ou seja, a rejeição da própria identidade negra, maior será a ilusão de distanciamento da condição de inferioridade, imposta pelo sistema.

A narrativa de Momplé (2022) evidencia a tentativa do colonizado de acesso ao lugar de humanidade e pertencimento em uma ordem social estruturada pela branquitude colonial. Conforme se ver a seguir:

Quando Celina completou sete anos matriculou-a na Escola Luís de Camões, a única existente na ilha. A partir de então, como a má pronúncia do português era motivo suficiente para reprovar nos exames, a criança ficou expressamente proibida pela mãe de falar macua, língua que ela dominava com fluência e gosto (Momplé, 2022, p. 65).

No trecho em destaque percebe-se como a proibição do uso da língua macua (dialeto moçambicano) demonstra o processo de assimilação cultural arquitetado pelo aparelho colonial, no qual a língua do colonizador se institui como instrumento de legitimação social. Em consonância com as reflexões de Fanon (2008), observa-se a internalização de uma hierarquia racial e cultural que conduz o sujeito colonizado a negar suas referências originárias, percebidas como empecilhos à integração nos espaços institucionais da colônia. Ao silenciar e proibir uma língua que Celina “dominava com fluência e gosto” (Momplé, 2022, p. 65), a narrativa expõe uma violência simbólica que atua diretamente na constituição da subjetividade da personagem, produzindo deslocamento, apagamento cultural e fragmentação identitária.

Tal gesto, longe de representar uma escolha individual, revela-se como imposição do sistema colonial, que exige a adesão aos códigos e costumes da metrópole sem jamais garantir ao sujeito negro pertencimento ou reconhecimento. Nesse sentido, a escola se apresenta no conto como um espaço de disciplinamento, no qual a adaptação

e a assimilação dos saberes ocidentais eurocentrados apresentam-se como condições mínimas para a permanência. Contudo, tal adaptação não conduz à inclusão plena, pois Celina é autorizada a frequentar o espaço escolar, mas a sua presença é constantemente vigiada e limitada.

No conto, o Liceu Salazar é um espaço pensado e reservado para acolher os colonos e somente eles, como expresso na passagem: “Vocacionado para servir aos interesses dos colonos, o Liceu reflecte bem a segregação racial existente em Moçambique. No sétimo ano, Celina e um jovem indiano são os únicos alunos de cor, e em todo Liceu não existe um só aluno negro” (Momplé, 2022, p. 65). Pode-se perceber que Celina adentra um espaço onde não é bem-vinda, então, mesmo que ela se adapte ao sistema que estrutura essa instituição, a organização social nunca irá reconhecê-la como parte integrante.

Assim, trata-se de um espaço de tolerância provisória onde a presença do corpo negro é admitida de forma limitada e Celina “[...] não ignora que a aceitação que estes lhe demonstraram tem um limite [que] não pode ultrapassá-lo sem que um gesto, uma palavra ou súbito silêncio lhe venha lembrar a cor da pele” (Momplé, 2022, p. 65). A protagonista de Momplé (2022) tem consciência de que ela é apenas tolerada, tal como da existência de limites que moldam a sua permanência naquele espaço, onde qualquer passo, por simples que seja, é considerado como errôneo, acentuando o julgamento de suas atitudes e hábitos por conta da sua cor.

Nesse contexto segregacionista, no trecho: “Mas o que faz aqui esta mulata? Não sabe que não é aqui o seu lugar?” (Momplé, 2022, p. 65) é possível observar a pergunta que atravessa a experiência escolar de Celina. Essa passagem da narrativa resume e apresenta o não-lugar reservado ao sujeito colonizado. O conto narra a lógica do colonialismo, em que o colonizado não é visto como ser legítimo e parte da sociedade. Dessa forma, o recorte racial opera como princípio basilar das relações sociais, definindo quem pode ocupar determinados lugares e sob quais condições.

É nesse ponto que se configura a experiência marcada pelo não-lugar, entendida como uma violência simbólica estruturante. Celina é formada e capacitada para ocupar um espaço que, de acordo com a lógica excludente do colonizador, nunca pertenceu a ela. O anúncio de sua exclusão do baile, feito pelo reitor, joga-a para fora, demonstrando o não-lugar destinado aos sujeitos negros e colonizados. Assim, Celina é marcada por

um mecanismo colonial que a inclui parcialmente, de forma limitada, que ao mesmo tempo exclui, afasta.

Nessa conjuntura, Bhabha (1998) problematiza as noções tradicionais de cultura, identidade e nação ao destacar seu caráter histórico, relacional, atravessado pelas relações de poder. Ao longo da discussão, o autor argumenta que o discurso colonial é constitutivamente ambivalente, pois depende simultaneamente da inclusão e da exclusão do sujeito colonizado, o que impede a fixação plena das identidades e revela as falhas da autoridade colonial.

Nesse sentido, Bhabha (1998, p. 111) expõe que “o objetivo do discurso colonial é apresentar o colonizado como uma população de tipos degenerados com base na origem racial de modo a justificar a conquista e estabelecer sistemas de administração e instrução”. Assim, o autor evidencia que o discurso colonial constrói o colonizado como inferior baseado na raça, com a finalidade de legitimar a dominação e os sistemas de controle, administração e instrução. Ao fixar o outro em estereótipos, esse discurso transforma a violência colonial em algo aparentemente racional, necessário, sustentando hierarquias raciais e naturalizando a exclusão.

No conto estudado, a lógica se manifesta no discurso do reitor, que, sob um tom cordial e autoritário, justifica a exclusão de Celina do baile para evitar constrangimentos aos colonos, principalmente, às autoridades coloniais. Tal como expresso no trecho a seguir:

— Sem dúvida que vocês compreendem — continua ele — Há coisas que é preciso dar tempo ao tempo. Vem o senhor Governador-Geral e pessoas que não estão habituadas a conviver com gente de cor. E vocês também não haviam de sentir-se à vontade no meio delas! Para evitar aborrecimentos de parte a parte, achamos melhor vocês não irem ao baile. Seria muito aborrecido que [...].

Celina e o colega não se atrevem a replicar, esmagados por aquela voz pausada, distante, plena de autoridade. Anseiam unicamente que o reitor dê por terminado o seu monólogo e os deixe ir embora (Momplé, 2022, p. 69).

Neste recorte, o reitor comunica a exclusão de Celina e seu colega do baile, demonstrando a produção do não-lugar destinado aos sujeitos colonizados no interior do aparelho colonial. Ao proferir um discurso excludente mascarado como uma fala dotada de razoabilidade, que traria a solução do que seria benéfico a todos, a autoridade institucional legitima a segregação racial afirmando que determinadas pessoas “não

estão habituadas a conviver com gente de cor” (Momplé, 2022, p. 69), transportando a responsabilidade da violência para uma suposta inadequação da presença negra nesses ambientes.

A fala “pausada, distante e de plena autoridade” estabelece-se como mecanismo de silenciamento, do qual Celina e o colega se veem incapazes de reagir, soterrados pela hierarquia violenta que os subalterniza. O baile, que representa de forma simbólica pertencimento e distinção social, é censurado aos corpos negros/colonizados, reafirmando que, mesmo quando assimilam os códigos e costumes exigidos pela cultura colonial, esses sujeitos permanecem confinados a uma posição de exterioridade.

Após a exclusão e a quebra de suas expectativas, o gesto final de Celina é destruir o símbolo da ilusão de seu pertencimento, símbolo minuciosamente construído e idealizado por sua mãe. Na passagem final, D. Violante se assusta ao encontrar a filha destruindo o vestido que ela fez com tanto afinho e questiona-a acerca do motivo. No entanto, Celina “calmamente, determinadamente, continua a cortar o vestido em pequeninos pedaços que se espalham pelo chão como frágeis e vaporosas nuvens, desfeitas pelo vento” (Momplé, 2022, p. 70). Dessa maneira, a destruição do vestido pode representar a destruição da ilusão do pertencimento da personagem, posto que o vestido representava a promessa de pertencimento e inclusão naquele ambiente, assim, ele é rasgado como recusa de um espaço que se revela estruturalmente inacessível.

Na narrativa, o perfil de Celina é construído a partir da contenção, do silêncio e da disciplina. Trata-se de uma personagem que internaliza as exigências do sistema colonial, evitando confrontos diretos e expressando sua ruptura por meio de gestos silenciosos. Sua trajetória não é marcada pela rebeldia explícita, mas por uma resistência contida que se manifesta no momento em que a ilusão da assimilação se desfaz. Celina encarna, assim, a figura do sujeito negro que, mesmo cumprindo todas as normas, é constantemente relegado à margem.

Portanto, “O baile de Celina” se articula a uma crítica mais ampla à invisibilização feminina negra e à necessidade de uma revisitação crítica da colonização por meio da literatura. D. Violante e Celina são personagens cujas existências são marcadas pelo sacrifício, pela renúncia e pelo silenciamento, revelando como o colonialismo incide violento particularmente sobre os corpos femininos negros. Ao narrar essa experiência, Momplé (2022) reinscreve na literatura histórias apagadas pelo discurso colonial,

situando o texto literário como espaço de memória, denúncia e enfrentamento das violências históricas.

O preço da tolerância: colonialidade, gênero e raça no espaço colonial

No contexto das narrativas ambientadas em espaços coloniais, as relações sociais e afetivas são atravessadas por assimetrias profundas, nas quais raça, gênero e posição social operam como dispositivos de hierarquização e exclusão. No conto “O baile de Celina”, Momplé (2022) expõe essas dinâmicas ao revelar como os vínculos estabelecidos entre homens brancos e mulheres negras são construídos sob a lógica da exploração, da conveniência e do silenciamento, convertendo o corpo feminino em território de dominação.

Ao inscrever as personagens nesse cenário marcado pela estrutura violenta do colonialismo, a autora evidencia a precarização das experiências femininas e as múltiplas formas de opressão que incidem sobre as mulheres negras, cujas existências são constantemente subordinadas aos interesses do poder colonial. No início do conto, ao apresentar brevemente algumas das personagens femininas, o narrador descreve sucintamente a trajetória de Catarino, destacando seu relacionamento com Alima – uma mulher negra descrita pela narrativa como “prendada”. No entanto, a relação se revela profundamente atravessada pela lógica colonial, pois se sustenta apenas enquanto Catarino ocupa uma posição social subalterna. A ruptura ocorre justamente quando ele alcança ascensão econômica, como evidenciado no trecho:

A sociedade [...] prosperou a olhos vistos, à custa de falcatruas e da exploração desenfreada da mão-de-obra negra, arrebanhada à força pelas autoridades coloniais. [...] Por essa altura, Catarino da Silva entendeu que já era tempo de se desembaraçar da companheira negra e fazer um casamento vantajoso (Momplé, 2022, p. 58).

Esse recorte expõe um mecanismo recorrente no contexto colonial: a apropriação instrumental da mulher negra como parte do projeto de ascensão do homem branco, pois enquanto Catarino se beneficia da exploração da mão de obra negra e mantém uma relação afetiva com Alima, ela é tolerada. No entanto, ao atingir um novo patamar social, a sua presença passa a representar um obstáculo, visto que o casamento com uma mulher negra comprometeria a imagem pública e o reconhecimento social do

companheiro. Nesse sentido, Alima é reduzida à condição de objeto descartável, que a função se esgota quando já não serve aos interesses do colonizador, evidenciando a articulação entre raça, gênero e poder, base estruturante da colonialidade.

Conforme argumenta Lugones (2020), a colonialidade do poder institui um patriarcado branco, em que as mulheres negras ocupam uma posição de extrema vulnerabilidade, submetidas simultaneamente à dominação colonial e à opressão de gênero. Desse modo, compreende-se que o descarte de Alima é a expressão de uma lógica colonial mais ampla que precariza as relações afetivas e reinscreve a mulher negra em múltiplas camadas de subalternidade.

É no contexto marcado por práticas sistemáticas de exclusão e violência que emerge, na narrativa, a personagem Celina – filha de Violante e neta de Castelo, sócio de Catarino. Castelo é apresentado como um homem facilmente influenciável, adere à lógica colonial assumida por seu companheiro e abandona esposa e filha, ambas negras, para casar-se com uma mulher branca. Tal decisão desencadeia um processo de humilhação e espoliação que priva Violante e sua mãe de qualquer direito à herança deixada após a morte dele, consolidando a sua vulnerabilidade social. É diante dessa experiência de perda e injustiça que Violante educa Celina, movida pelo sentimento de revolta e o desejo de romper com o destino de subalternização imposto às mulheres negras nos espaços marcados pela colonialidade.

Para que tal ruptura fosse possível, Violante aposta na instrução como estratégia de sobrevivência e deslocamento social, buscando “proporcionar à filha o máximo de instrução, pois, a seu ver, esse era o único meio de lhe garantir o mínimo de aceitação por parte dos senhores da terra” (Momplé, 2022, p. 64). Porém, a educação, longe de ser uma promessa de emancipação plena, surge como tentativa de assegurar a Celina um lugar minimamente tolerável em um ambiente atravessado por opressões de raça e gênero.

Ainda assim, como era previsível, Celina enfrenta obstáculos contínuos devido a cor, a condição social e o gênero. Sua inserção nos espaços de formação é inicialmente marcada pelo estranhamento e apenas mais tarde ela alcança uma aceitação limitada, condicionada ao desempenho exemplar como aluna. Entretanto, esse reconhecimento opera sob fronteiras rígidas, pois à mulher negra é constantemente imposto o imperativo de “saber o seu lugar”, isto é, de permanecer em uma posição de subalternidade que veda a ela qualquer possibilidade de equivalência com os brancos.

Com isso, compreende-se que a experiência de Celina nos espaços educativos materializa o que Kilomba (2019) analisa como um processo de construção da “diferença” pela branquitude, em que o sujeito negro é percebido como “outro” a partir da cor da pele, sendo, por essa via, situado em uma hierarquia imaginária que o inferioriza. No caso de Celina, ainda que a educação possibilite a ela certa mobilidade social, o racismo não se desfaz, ao contrário, reinscreve-se por meio do estranhamento, da vigilância constante e da aceitação condicionada de sua presença. A exigência reiterada de comprovação de competência e os limites impostos ao seu reconhecimento evidenciam que a instrução reforça a lógica colonial e revela uma estrutura que tolera a presença da mulher negra sem jamais reconhecê-la plenamente como pertencente àquele espaço.

Em sequência, enfatiza-se que a violência colonial atinge sua forma mais profunda quando é internalizada e convertida em negação da própria humanidade, processo que incide particularmente sobre os corpos femininos negros, como evidenciado na fala de Violante ao afirmar: “Estuda, filha! Só a instrução pode apagar a nossa cor. Quanto mais estudares, mais depressa serás gente!” (Momplé, 2022, p. 66). Vê-se que o enunciado revela a naturalização de uma lógica que associa humanidade e valor social à branquitude, produzindo a mulher negra como sujeito deficitário, cuja existência necessita ser constantemente legitimada. Além disso, ao projetar na educação a possibilidade de “tornar-se gente”, Violante reproduz dolorosamente um discurso colonial que articula raça e gênero para desumanizar mulheres negras, submetendo-as a um regime permanente de autovigilância e prova de merecimento.

Tal desumanização se materializa, ainda, no controle rigoroso do acesso aos espaços de prestígio social, onde a presença da mulher negra é sempre condicionada e hierarquizada em relação às mulheres brancas. A expectativa em torno da participação de Celina no baile dos finalistas, expressa na afirmação de Leonor sobre o vestido: “Não vai ficar atrás das brancas!” (Momplé, 2022, p. 66), evidencia que a igualdade jamais é presumida, sendo antes concebida como algo que deve ser arduamente conquistado por meio de sacrifícios contínuos.

Desse modo, enquanto às mulheres brancas o pertencimento é assegurado pela posição que ocupam na estrutura colonial, às mulheres negras resta uma tolerância provisória, marcada pela comparação constante e pela imposição de limites. Logo, o acesso a esses espaços além de não operar como uma forma de subversão das relações

de poder, atua como mecanismo de reafirmação, reiterando a desigualdade racial e de gênero que sustenta o sistema colonial.

Nessa perspectiva, torna-se evidente que a colonização cumpre um de seus efeitos mais duradouros ao enraizar a noção de inferioridade racial mesmo entre os sujeitos por ela oprimidos. Tal internalização se manifesta quando as mulheres, ao comentarem sobre as traições do governador, afirmam: “Tenho pena da mulher dele [...] Ainda se ele a enganasse com outras brancas. Mas com mulheres de raça inferior, custa muito. [...] D. Celeste e Leonor concordam plenamente, pois também elas estão convictas da inferioridade da sua própria raça” (Momplé, 2022, p. 67). O trecho revela o racismo imposto de fora para dentro, assim como a sua incorporação subjetiva, que produz hierarquias e fissuras no interior das próprias comunidades negras. Ao reproduzirem o discurso colonial, essas mulheres reiteram a lógica que as desumaniza, evidenciando como o poder colonial opera eficazmente, transformando a dominação externa em autoavaliação negativa e segregação intra-racial.

A internalização do racismo pode ser compreendida à luz do que Kilomba (2019) discute quando evidencia como a repetição das violências coloniais produz sujeitos que passam a narrar a si mesmos a partir da lógica do opressor. Ao incorporarem a ideia de inferioridade racial, as personagens reproduzem um discurso que as desautoriza e reforça hierarquias que fragmentam suas próprias comunidades. Nesse sentido, o racismo deixa de operar apenas como violência externa e passa a inscrever-se subjetivamente, funcionando como uma marca persistente que atravessa a construção identitária e reafirma a eficácia do sistema colonial.

O desfecho do conto condensa a lógica de exclusão que estrutura o sistema colonial ao interditar explicitamente a presença dos alunos negros no baile dos finalistas. A justificativa apresentada: “Vem o senhor Governador-Geral e pessoas que não estão habituadas a conviver com gente de cor” (Momplé, 2022, p. 69) explicita o caráter institucional do racismo, pois naturaliza a segregação como medida de preservação do conforto e da ordem social. O argumento de que “você também não haviam de sentir-se à vontade no meio deles!” (Momplé, 2022, p. 69) desloca a responsabilidade da exclusão para os sujeitos racializados, encobrindo o fato de que o não pertencimento é produzido e imposto pelas estruturas coloniais de poder que definem quem pode ocupar determinados espaços e sob quais condições.

Essa interdição final mostra, ainda, a hipocrisia que sustenta o sistema colonial, já que o mesmo poder que exclui os corpos negros dos espaços de prestígio é aquele que os consome de forma violenta e utilitária. O conhecimento público acerca das relações do governador com mulheres negras revela a contradição de uma ordem que repudia a presença negra em ambientes de visibilidade social, mas a aceita quando reduzida à condição de objeto sexual ou força de trabalho.

Nesse sentido, o impedimento da participação de Celina no baile desautoriza definitivamente a crença de que o mérito individual e a instrução seriam capazes de superar as barreiras raciais, uma vez que, como observa Bento (2022) ao falar sobre meritocracia, “O discurso europeu sempre destacou o tom da pele como a base principal para distinguir status e valor” (Bento, 2022, p. 17). Dessa maneira, para a protagonista e as demais mulheres negras da narrativa, o esforço intelectual ao invés de assegurar o pertencimento expõe os limites de uma estrutura que, independentemente do desempenho, coloca seus corpos em posições de subalternidade, reafirmando a indissociabilidade entre raça, gênero e poder no contexto colonial.

Portanto, à luz das discussões apresentadas, observa-se que a escrita de mulheres africanas, como a de Momplé (2022), opera um deslocamento crítico do olhar eurocêntrico que reinscreve a experiência colonial a partir de perspectivas historicamente silenciadas. Ao concentrar-se no cotidiano, nos afetos e nas violências que atravessam a vida de sujeitos racializados, a narrativa analisada desestabiliza a ideia do colonialismo como projeto civilizatório, revelando-o como um sistema fundado na exclusão, na hierarquização racial e na produção contínua de desigualdades.

Nesse movimento, a literatura assume a função de espaço de revisão histórica, pois confronta a versão hegemônica do passado colonial e afirma outras formas de memória e interpretação. Ao narrar a colonialidade mediante experiências situadas à margem do poder, Momplé (2022) evidencia as contradições que sustentam a ordem colonial e inscreve no texto literário vozes historicamente silenciadas, capazes de narrar e significar a própria experiência. Contudo, a enunciação não se dá de forma idealizada ou plenamente emancipatória, visto que algumas das personagens femininas, como Violante, ainda reproduzem o olhar do colonizador, revelando como a lógica colonial se infiltra subjetivamente, moldando percepções, expectativas e projetos de vida.

Em suma, entende-se que a centralidade da autoria feminina negra é intensificada em Momplé (2022) como um gesto político e epistemológico, pois rompe com a dupla

invisibilização de raça e gênero imposta pela colonialidade, deslocando a mulher negra da condição de objeto representado para a de sujeito da enunciação. Vê-se que essas narrativas reafirmam a literatura como um lugar de resistência, memória e denúncia, contribuindo para uma compreensão crítica do passado colonial ao tornar visíveis as especificidades das opressões vividas nesses espaços.

Considerações finais

O período colonial nos PALOP's foi marcado pelo domínio português e diversas ferramentas foram utilizadas para manter o controle, a submissão territorial, econômica, política e cultural. Entre as tecnologias coloniais, como destacado ao longo desse estudo, estavam a segregação racial promovida a partir da inferiorização e da desumanização da população negra africana, a violência tanto física quanto simbólica, que oportuniza a exclusão e incute nos indivíduos colonizados a noção de não pertencimento, de diferença, estabelecendo uma separação entre negros e brancos, assim como do lugar social que cada um poderia ocupar.

Exclusão, inferiorização, desumanização são algumas das heranças coloniais, evidenciadas pelo conto "O baile de Celina" de Momplé (2022). Através da análise realizada nesse trabalho, fica evidente como a literatura africana de autoria feminina constitui-se um espaço privilegiado de problematização das heranças nocivas, sobretudo no que se refere às relações entre raça, gênero e poder. Ao inscrever as personagens em um contexto marcado pela violência simbólica e material do colonialismo português, Momplé (2022) expõe os mecanismos de exclusão que regulam o acesso aos espaços sociais, produzindo sujeitos permanentemente situados no limiar do pertencimento, que acabam por estarem situados em um não-lugar, ainda que assimilem e dominem muito bem a língua, a cultura e os modos de vida do colonizador.

Desta forma, constata-se que a narrativa revela como a colonização não se limita a um processo histórico encerrado com a independência política, permanecendo operante na constituição das subjetividades, das hierarquias sociais e das formas de reconhecimento. A trajetória da protagonista Celina evidencia a lógica colonial da inclusão limitada, na qual o sujeito negro é admitido apenas sob condições rígidas e jamais reconhecido como plenamente pertencente. A aposta na educação, apresentada como estratégia de ascensão social e superação da subalternidade, mostra-se insuficiente

diante de uma estrutura racializada que associa valor, humanidade e legitimidade à branquitude. Assim, o impedimento da participação da protagonista no baile dos finalistas funciona como momento-síntese da violência colonial, pois desvela o caráter ilusório da meritocracia e reafirma o não-lugar destinado aos corpos negros, especialmente femininos, no interior do aparelho colonial.

Do mesmo modo, as personagens femininas que orbitam a narrativa, tal como Alima e Violante, evidenciam diferentes formas de submissão e resistência, revelando como a colonialidade incide particularmente sobre as mulheres negras. As relações afetivas, atravessadas por assimetrias profundas, expõem a instrumentalização dos corpos femininos como parte do projeto colonial, seja na exploração do trabalho, seja na precarização dos vínculos e no descarte simbólico. Ao mesmo tempo, a internalização do discurso colonial por algumas das personagens demonstra a eficácia do sistema de dominação que transforma a violência externa em autovigilância e negação da própria identidade.

À luz do aporte teórico mobilizado, especialmente dos estudos pós-colonial e decolonial feministas, observa-se que o conto de Momplé (2022) dialoga com reflexões que compreendem o colonialismo como um regime de produção de subjetividades e hierarquização racial duradoura. A articulação entre literatura e teoria permite compreender como o texto literário não apenas representa a realidade colonial, mas a tensiona, denuncia e reinscreve a partir de perspectivas historicamente silenciadas. Nesse movimento, a narrativa desestabiliza a ideia do colonialismo como projeto civilizatório e evidencia seu caráter excludente, violento e profundamente racializado.

Dessa forma, a escrita de Momplé (2022) assume um papel político e epistemológico fundamental ao deslocar a mulher negra da condição de objeto do discurso colonial para a de sujeito da enunciação. Ao narrar experiências cotidianas marcadas pela exclusão, pelo silenciamento e pela frustração do pertencimento, a autora afirma a literatura como espaço de memória, resistência e enfrentamento das violências históricas. Ainda que algumas personagens reproduzam valores do colonizador, essa ambivalência não fragiliza a crítica, pelo contrário, reforça a complexidade das marcas deixadas pela colonialidade que atravessam projetos de vida, afetos e expectativas. Por fim, este estudo contribui para os estudos literários ao evidenciar a centralidade da autoria feminina africana na revisitação crítica das páginas da colonização.

REFERÊNCIAS

- AMORIM, Claudia *et al.* *Literaturas africanas I*. v. 2. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2018.
- BENTO, Cida. *O pacto da branquitude*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.
- CRUZ, Juliana das Neves; SOUSA, Noémia; MOMPLÉ, Lília; CHIZIANE, Paulina. um breve percurso da escrita feminina em Moçambique. *Revista FT: Linguística, Letras e Artes*, v. 27, n. 126, 14 set. 2023. Disponível em: <https://revistaft.com.br/noemia-de-sousa-lilia-momple-e-paulina-chiziane-um-breve-percurso-da-escrita-feminina-em-mocambique>. Acesso em: 10 de janeiro de 2026.
- FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.
- KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação*: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
- LUGONES, María. Colonialidade e gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque (org.). *Pensamento feminista hoje*: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar, 2020. p. 52-83.
- MOMPLÉ, Lília. *Ninguém matou Suhura*. São Paulo: Editora Funilaria, 2022.

Recebido em: 30/01/2026

Aceito em: 21/04/2026